

Os advogados do Banco Central, segundo comentou um deles ao **Se7e Dias**, em face da escalada das dívidas externa e interna – esta sendo dívida externa internalizada, para sustentar artificialmente o Plano Real, por meio do juro alto, necessário a atração do capital externo, indispensável à cobertura do déficit do balanço de pagamento produzido pela sobrevalorização cambial, como arma de combate à inflação, ao forçar a ampliação das importações – já cogitam da inevitabilidade de, mais cedo ou mais tarde, ser debatida uma nova moratória para o País.

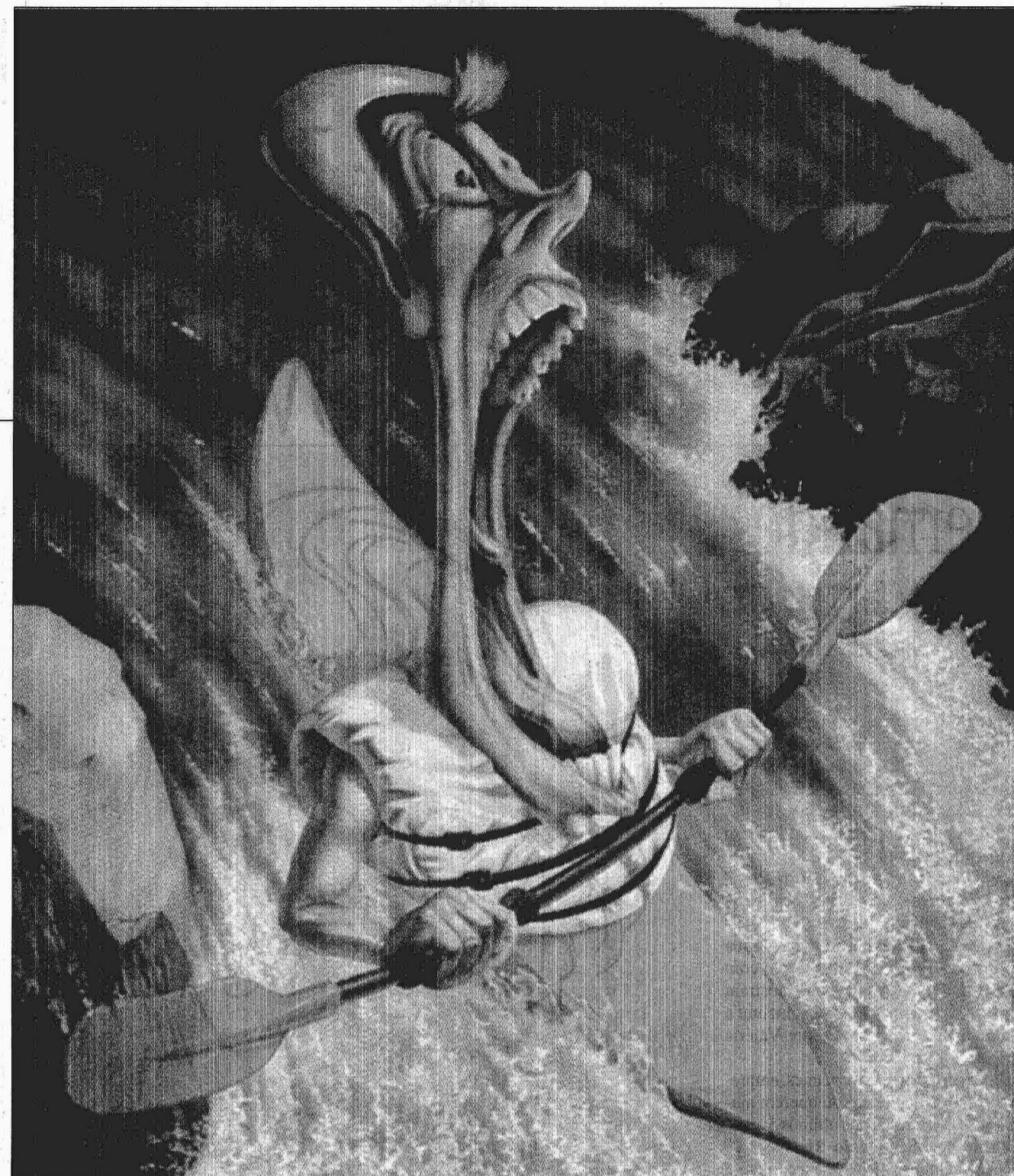
O departamento jurídico do BC sabe que a bomba vai estourar em suas mãos, pois o assunto moratória, antes de ser econômico, é basicamente jurídico e político, ficando fora, portanto, das atribuições dos economistas, cuja finalidade, como se sabe, é a de meramente tratar da “ciência dos preços”. Cuidam, por isso, de elaborar cenários concernentes a tal possibilidade, que não é mais remota.

A dívida externa, que era tida como liquidada pelas autoridades econômicas (um blefe, como o de que o Governo dispõe, no Congresso, dos votos capazes de aprovar a reeleição), vai, em 1997, constituir-se um problema bastante sério, a exigir pagamentos, só de serviços (juros), de cerca de 27 bilhões de dólares. Tal montante se somará, naturalmente, ao principal que deverá elevar-se para a casa dos 150 bilhões de dólares.

O apelo ao endividamento externo torna-se cada vez mais necessário e crítico porque esgotou-se o espaço para o crescimento da dívida interna, na medida em que o sistema financeiro, diante da sua fraqueza e do perigo de quebra-deira generalizada, não se dispõe mais a continuar financiando o Estado totalmente falido. Este, sem saída, é obrigado a recorrer aos empréstimos externos para se autofinanciar, como demonstra a escalada dos pedidos de financiamento ao exterior em tramitação na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado.

O perigo adicional que corre o Governo é o de que o quadro internacional venha a se transformar num complicador para a situação interna, caso, por exemplo, sejam puxados para cima os juros nos Estados Unidos, como já se cogita, por parte do Banco Central norte-americano, diante da possibilidade, bastante concreta, de aumento do nível de atividade da economia norte-americana. Nessa eventualidade, para fugir da inflação, o BC dos EUA, encarecendo o custo do dinheiro, para esfriar a demanda interna, obrigará, naturalmente, as economias dos países periféricos, como o do Brasil, que depende dos recursos externos para financiar suas contas internas e externas, a elevar ainda mais suas taxas de juros, para atrair capital, cujo resultado, inevitável, será o de agravar, mais e mais, as finanças públicas.

Nesse contexto, mesmo dando o desconto de uma provável elevação das taxas de juros nos Estados Unidos, será muito difícil às autoridades econômicas brasileiras convencerem o País de que será possível continuar sustentando o Plano Real, na base do artificialismo, graças ao endividamento crescente, porque as finanças do Governo, como aconteceu em 1995 e 1996, continuarão na marcha batida da deterioração, impondo, consequentemente, a expansão compulsória, principalmente, da dívida interna, que tende a ser coberta, de agora em diante, pelos empréstimos externos, diante do esgotamento da capacidade do sistema financeiro de financiá-la por meio da absorção dos títulos do Governo, que tendem, aos seus olhos, a trans-



MORATÓRIA À VISTA

formarem-se em papéis pintados, de difícil resgate.

Um agravante adicional, caso ocorra o aumento dos juros nos Estados Unidos, que venha obrigar o Governo a elevar as taxas internamente, é o de que haverá o reflexo decisivo sobre as atividades produtivas. Juro alto significará desaceleração da economia, elevação da taxa de inadimplência e mais perigo para a saúde do sistema financeiro, que já está vacinadíssimo contra o mesmo, cuidando-se de cercar-se de todas as precauções possíveis para evitar calotes, tanto por parte das pessoas físicas como jurídicas. A desaceleração, por sua vez, resultará em queda de arrecadação tributária e mais déficit.

Soma-se à dívida externa em ascensão a dívida interna, hoje já alcançando a casa dos 250 bilhões de dólares, a exigir sacrifícios enormes aos setores produtivos (empresários e trabalhadores), pois obriga o Governo a manter o custo do dinheiro em patamares proibitivos, tornando impossível a recuperação da poupança interna, atualmente em percentual insuficiente para alavancar o desenvolvimento nacional, na casa dos 16% do Produto Interno Bruto, quando seria conveniente que se situasse no patamar dos 30% do PIB, para sustentar uma taxa de crescimento da economia em torno de 6% ou 7%, capaz de dar combate efetivo ao desemprego.

BANQUEIROS APAVORADOS

Os números da economia estão deixando apavorados os banqueiros e contaminando de pessimismo os analistas em geral, principalmente diante do im-

bróglio em que se transformou o processo de reeleição, cujo desfecho, por enquanto, é uma incógnita, depois do vendaval produzido pela convenção do PMDB, que jogou por terra o otimismo dos aliados do Governo. Em nada tal situação contribui para melhorar o quadro de expectativa dos indicadores econômicos para 97. Pelo contrário.

O déficit operacional (exclui inflação e inclui juros) do setor público deverá fechar, em 96, na casa dos 4,7% do PIB, pouquinha coisa inferior ao registrado em 95, 4,99%, ou seja 5%. O superávit primário (exclui juros) do Tesouro foi um fiasco, 0,38% do PIB, inferior aos 0,51% registrados em 95. As despesas com juros, apesar da queda das taxas, aumentaram, R\$ 16,5 bilhões em 96 contra R\$ 13,4 bilhões em 95. Se os juros aumentarem em 97, possibilidade cogitada, caso os EUA aumentem suas taxas, para segurar a inflação norte-americana, os gastos, certamente, se elevam.

Até mesmo o controle da inflação, uma vitória inegável do Plano Real, tende a se tornar um complicador. Há quem, como o senador e professor de Economia Política, Lauro Campos (PT-DF) argumente que a tendência à deflação para os próximos meses obrigou o Governo a elevar os preços dos combustíveis, para evitar problemas adicionais nas contas públicas. A deflação como se sabe, valoriza o salário, aumentando o seu real poder de compra, o que contribui para redução das taxas de lucro do capital.

O Governo teria reajustado os preços, além da conta, como denunciaram

as empresas distribuidoras, em nota paga à imprensa (denúncia não rebatida convincentemente pelas autoridades econômicas), com o objetivo de gerar um pouco de inflação, para fugir da deflação. A inflação, é sabido, reduz o poder de compra dos salários e eleva a taxa de lucro do capital, ao mesmo tempo em que favorece o próprio Governo. Este ganha com ela, que desvaloriza as contas a pagar, diminuindo, portanto, o seu déficit.

Os economistas do governo acordaram para o perigo da deflação e passaram a utilizar os preços das tarifas públicas como seu contrapeso, gerando inflação, para evitar o pior. O sistema é assim mesmo, intrinsecamente contraditório.

Apavorados diante desse quadro nebuloso, que os economistas oficiais dizem ser colorido, para enganar a população, os banqueiros internacionais e seus agentes, Banco Mundial, BID e FMI, cuidam de alertar para o perigo que o desajuste fiscal gerado pelo Plano Real pode causar e cerram fileiras em defesa da austeridade – mais cortes nos gastos, mais demissões etc – e da privatização, porque querem pegar os bons ativos do Governo como garantia para as dívidas que estão financiando ao um custo extorsivo.

É provável que o Plano Real desmore, mas ditar sua derrocada é uma temeridade. Os próprios banqueiros, que o estão bancando, e os seus agentes internos e externos, não cansam de chamar a atenção para os impasses a que o Plano pode chegar diante da deterioração lenta e gradual das contas públicas. A economista Eliane Cardoso, que at

há pouco tempo trabalhava com o ministro da Fazenda, Pedro Malan, acendeu o sinal amarelo. O mesmo fez na semana passada, o ex-presidente do BNDES, Edmar Bacha. De Washington, Guillermo Perry, economista-chefe para a América Latina do Banco Mundial, ex-ministro de Economia da Colômbia, que chega ao Brasil esta semana, para um seminário na Fundação Getúlio Vargas, no Rio, manda o recado de que o desequilíbrio macroeconômico compromete a saúde da economia brasileira.

O próprio BNDES, em estudo preparado pelos seus técnicos, vocalizando vozes fortes do mercado financeiro internacional, já considera inevitável a desvalorização do câmbio como forma de ajustar o real, diante da inquietante possibilidade de, em 97, o déficit comercial alcançar os 9 ou 10 bilhões de dólares, o que elevaria a quase 35 bilhões de dólares, ou cerca de 4,5% a 5% do PIB, as necessidades globais de financiamento do setor público.

REELEIÇÃO JÁ

FHC sabe que as pressões sobre o seu governo, por parte dos credores, vão continuar intensas, ao longo dos dois anos que lhe restam. Se tivesse a certeza de que tudo iria bem, o Real saudável e sua popularidade em alta, ao final desse período, não teria, óbvio, pressa nenhuma para votar a reeleição. Afinal, como destacou nervosamente, na semana passada, tem o apoio da rua à tese da sua recondução ao poder. Poderia esperar. Como não tem essa certeza, e, na verdade, ninguém tem, cuida de centrar todos os esforços possíveis para alcançar seu objetivo agora, já, porque se deixar pra depois, babau. Trata-se de questão de vida ou morte.

A deterioração das contas públicas, que exigirá medidas de austeridade cada vez maiores – a resultarem em insatisfações populares crescentes, caso implementadas, provocando redução do nível das atividades produtivas, mais desemprego, com inversão do quadro atual, em que o consumo alimentado pelo crédito direto ao consumidor vai de vento em popa – trabalha contra as pretensões políticas do Presidente.

A situação de FHC é realmente crítica. Se perder no plenário, nessa semana seu governo acaba. O cenário político será ocupado pela discussão dos candidatos a sua sucessão. Se partir para o plebiscito, o tempo que durar o processo plebiscitário implicará em prorrogação das reformas, das quais dependem para sobreviver o Plano Real. Os agentes econômicos cuidarão de gerar expectativas pessimistas quanto ao comportamento da economia, e o que programaram para esse ano as autoridades econômicas, com enorme margem de erro, pois jogam no escuro, tornar-se-á mais vulnerável ainda, elevando as possibilidades de tudo dar errado.

Por essas e outras que os advogados do departamento jurídico do Banco Central começam a falar, intramuros, na moratória. O assunto, por enquanto, é tabu, mas as condições concretas das finanças públicas indicam que, mais hoje ou mais amanhã, chegará a vez de encarar o problema de frente. Será a hora da verdade, como está ocorrendo, por exemplo, com os novos prefeitos que assumiram seus cargos em janeiro. Invariavelmente, todos eles pegaram as contas das prefeituras estouradas. Para não ficarem com o pepino na mão, apressaram-se em mostrar à opinião pública a herança maldita que receberam. Se o Real bater a biela até as eleições presidenciais e FHC perder nas urnas, ganhando ou não o direito de disputar seu segundo mandato, seu sucessor, certamente, se comportará como os novos prefeitos, porque não vai ser possível continuar minimizando o custo de sustentação do Real.

Os exemplos que vêm da Argentina e do Peru são expressivos. Menem, que vivia montado no Cavallo, agora recebe deste, diariamente, coices terríveis. A dívida externa da Argentina, cuja economia é do tamanho da de São Paulo, já alcança os 100 bilhões de dólares, impõe sacrifícios enormes aos argentinos e eleva o desemprego a um nível assustador. As pesquisas, antes favoráveis, agora chicoteiam Menem e Fujimori, apesar de ambos terem conseguido a reeleição. FHC que se cuide com a sua obsessão desmesurada de continuar por mais quatro anos no Planalto.

CÉSAR FONSECA